



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		DIÁRIO POPULAR	28 DEZ 1979
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO DE LISBOA	
CORREIO DA MANHÃ		CAPITAL	
DIA		TARDE	
DIÁRIO			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			
COMÉRCIO DO PORTO			

1979: ano de vitórias e esperanças na luta das mulheres pela igualdade

MI

Com uma mulher pela primeira vez como Primeiro-Ministro, 1979 foi sem dúvida um ano importante para a mulher portuguesa.

A nível jurídico, por exemplo, 1979 representou um marco considerável. A 20 de Setembro a mulher viu assegurada, em decreto-lei, a sua igualdade relativamente ao homem, no trabalho e no emprego.

Em linhas gerais resumia-se assim o documento — a remuneração da mulher deixa de poder ser inferior à do homem que exerça idênticas funções e acabam as tarefas e categorias profissionais especificamente femininas ou masculinas.

É certo que o direito a salário igual para trabalho igual estava já constitucionalmente garantido. Mas faltava o enquadramento legal para que o princípio fosse efectivamente posto em prática e fossem criados mecanismos que punissem quem o não respeitasse.

O documento determina ainda a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens no acesso a carreiras profissionais e aos cursos de formação e reciclagem.

Pela efectiva aplicação do decreto irá, agora, zelar a comissão para a igualdade no trabalho e no emprego, já nomeada, e que deverá começar brevemente a funcionar.

Mas 1979 foi antes de mais um ano em que o aborto foi tema, principalmente através de dois julgamentos importantes — o da jornalista Maria Antónia Palla, que «mexeu» em assunto tão quente, e o da jovem Conceição Massano, que abortara há alguns anos.

Maria Antónia Palla era acusada de «incitamento ao crime» e de «ofensas ao pudor público», através de um filme que fizera para a televisão a que chamou «O aborto não é crime».

Veio a ser absolvida a 12 de Junho com uma sentença que os jornais consideraram de «indiscutível significado histórico».

«O aborto clandestino é uma realidade social deste País com reflexos prejudiciais, e não é silenciando que se combate» — reconhecia na sentença o juiz Afonso de Melo.

Mas sem dúvida o aspecto mais importante da sentença foi alertar para que, de certa maneira, se pode considerar que a Constituição da República aponta já para a necessidade de legalização do aborto.

Referia-se o juiz ao artigo que, além de prever métodos de divulgação do Planeamento Familiar, aponta para a criação de «estruturas jurídicas e técnicas que permitam o exercício de uma paternidade consciente».

Quanto à Conceição Massano foi também absolvida — a 29 de Outubro — não por o tribunal considerar, como a jornalista, que «o aborto não é crime», mas antes por não dar como provada a prática efectiva de aborto.

O tribunal baseou-se na inexistência de qualquer análise ou exame médico que pudesse comprovar a gravidez de Conceição e, conseqüentemente, que tivesse de facto havido um aborto.

Os dois julgamentos foram acompanhados de um grande movimento de opinião pública, que incluiu manifestações à porta do tribunal, não só em solidariedade com as réas, como também para exigir a despenalização do aborto.

Um outro caso foi o da actriz Iolanda Apoloni, ainda não julgada, mas já ouvida na Polícia Judiciária, por ter afirmado publicamente (na televisão) que abortara.

A CNAC — Comissão Nacional para o Aborto e Contracepção — fez também este ano circular um abaixo-assinado (que recolheu milhares de assinaturas) em que

as subscritoras declaravam «já ter abortado».

É certo que 1979 não foi ainda o ano da legalização do aborto, mas foi pelo menos um período em que os órgãos de Informação deram lugar de relevo a realidades até agora «na clandestinidade»: Fazem-se em Portugal cerca de 180 000 abortos por ano sem qualquer assistência médica, que causam a morte a mais de 2000 mulheres.

Mas mesmo os que defendem a legalização do aborto insistem em não o considerar uma solu-

tão do povo, foi indicada para assegurar um clima de tranquilidade até às próximas eleições. Também em Nicarágua, a procuradora-geral da República é mulher, uma das guerrilheiras que atacou o Palácio de Manágua onde se encontrava o Parlamento que apoiava o regime fascista.

Mas a luta das mulheres não passa só pela chegada aos postos mais altos do Poder. Passa também pela luta, como aconteceu em Espanha, a propósito do aborto e dos «11 Julgamentos de

Bilbau» ou das mulheres iranianas que recusam o véu na cara.

E não só na política a ascensão da mulher foi notória. Noutros sectores de actividade também marcou claramente a sua posição. Como a irmã Teresa ao receber o Prémio Nobel da Paz, em Oslo. Na guerra ou na paz, a mulher teve, em 1979, um ano de esperança. A mentalidade começa a transformar-se. E isso é uma «conquista irreversível».

(ANOP/«DL»).



Teresa de Calcutá



Mulher iraniana



Lurdes Pintasilgo



Margaret Thatcher

Fundação Cuidar o Futuro

ção satisfatória, mas antes um último recurso.

Por isso, num balanço de 1979, terá também de referir-se o trabalho feito este ano em matéria de Planeamento Familiar, com a abertura de mais 60 consultas em todo o País e a realização de numerosas campanhas de informação.

Também este ano a mulher teve programas que lhe foram exclusivamente dedicados na Rádio e na Televisão, alguns da Comissão da Condição Feminina, como «Condição Mulher», na RTP, e «Ser Mulher», na RDP.

A nível económico houve também milhares de trabalhadoras que viram este ano a sua situação um pouco melhorada, isto se atendermos a que a elevação do salário mínimo — de 5700 para 7500 escudos, e de 4600 para 6100 para os rurais — abrangeu principalmente mulheres.

1979 foi ainda ano de eleições, em que as campanhas dos partidos se dirigiram mais do que nunca ao eleitorado feminino — o mais numeroso.

O balanço não será ainda grandemente animador — 17 mulheres entre os 250 deputados eleitos para a Assembleia da República.

De referir também que, apesar de já criado na lei, só este ano entrou em funcionamento o sistema de educação pré-escolar, que poderá sem dúvida libertar mais a mulher-mãe para a sua actividade profissional.

E LÁ FORA

Mas não foi só em Portugal que a subida da mulher ao Poder foi tão «espectacular», apesar de não corresponder a uma conquista real da igualdade da mulher anónima, nos campos, nas fábricas ou em casa.

Primeiro-ministro é também, na Inglaterra, uma mulher: Margaret Thatcher, eleita nas últimas eleições, à frente do Partido Conservador. Indira Ghandi poderá voltar a dirigir a Índia, se vencer as próximas eleições. Lidia Gueiler é actualmente presidente da República interina na Bolívia; após um golpe de Estado fascista e da oposição clara de